SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas

Sexta-feira, 2 de Julho de 2010 - Boletim 29 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário



Proposta de Lula e Peluso é uma ofensa ao servidores do Judiciário

A greve continua

Todos à Assembleia/ Ato Estadual nesta segunda, dia 5, às 15h, em frente ao TRE

Kit Gaion





Wladimir de Souza

À esquerda, manifestação conjunta dos servidores das justiças no TRF, no dia 30, e à direita, na Praça João Mendes, no dia 16

A reunião desta quinta-feira, 1º, dos presidentes da República, Luíz Inácio Lula da Silva, e do STF, ministro Cezar Peluso, não chegou a uma proposta efetiva sobre a implementação do novo Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal, mas discutiu a criação de uma comissão para negociar uma forma de implementação do projeto, sem prazo para finalização dos trabalhos.

Após um dia sem informações sobre o teor da reunião, o ministro Paulo Bernardo recebeu os coordenadores da Fenajufe Antonio Melquiades, Melqui (Sintrajud), Ramiro López, Zé Oliveira, Jacqueline Albuquerque e Evilásio Dantas, e também ao servidor do TRT-10 Roberto Policarpo, para apresentar a proposta do governo, que foi considerada pelo Comando de Greve "um desrespeito à luta dos servidores".

De acordo com o ministro, no encontro dos dois presidentes ficou acertado que o resultado dos trabalhos da comissão deverá ser submetido à avaliação do governo eleito em outubro. Segundo Paulo Bernardo, está mantida a posição de que o projeto só poder ser implementado com parcelamento a partir de 2011, sem entrar, no entanto, no debate sobre o número de parcelas, o que seria discutido na comissão a ser criada.

Após a insistência dos coordenadores da Fenajufe, foi agendada uma nova reunião para a próxima quinta-feira, 8 de julho, às 10h, com a participação do ministro Paulo Bernardo e do Advogado Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams. O ministro se comprometeu, ainda, convidar o STF para esse encontro.

Manter o movimento

Os coordenadores da Fenajufe e integrantes do Comando Nacional de Greve avaliaram como negativo o resultado das reuniões e, diante, do impasse nas negociações orientam que a greve seja mantida e fortalecida nos próximos dias. Para eles, essa falta de acordo efetivo entre os dois Poderes faz parte da estratégia do governo de não encaminhar uma alternativa para a revisão salarial dos servidores do Judiciário.

Para Melqui, os servidores devem fortalecer ainda mais a greve. "É preciso que a categoria em todo país se mantenha firme. Desde o início nós falávamos que essa luta não seria fácil e que só com a greve cada vez mais forte vamos conseguir garantir o PCS. Por isso é importante a participação de todos na assembléia onde serão passados os informes das negociações e os próximos passos da mobilização.

Ana Luiza, diretora do Sintrajud e da Fenajufe, que também estava em Brasília, considerou "um absurdo" a proposta do governo. "Após plantar matéria na imprensa sobre um possível acordo, gerando expectativa em toda categoria, o governo provoca os servidores ao jogar para o próximo presidente o acordo sobre o PCS.

Portanto, a greve continua e deve ser ampliada e fortalecida", finalizou.

Valores descontados do TRT-15 serão ressarcidos nesta sexta-feira

Nesta sexta-feira, 2, os servidores do TRT-15 serão ressarcidos pelos dias descontados. A informação foi obtida junto ao Setor de Preparação de Pagamento de Pessoal daquele tribunal. No dia 24 de junho, o Pleno dos Desembargadores decidiu, por 33 votos a 10, que o desconto dos dias paralisados deveria ser suspenso. Entre as várias alegações dos magistrados em favor dos servidores estava a que "salário é alimento", dada pelo desembargador Laurival Ribeiro da Silva Filho.

Para garantir o direito de greve, o Sintrajud já entrou com recurso ao Pleno no TRE e ação na JF para reverter os descontos. No TRT ingressou com recurso administrativo pedindo a revogação da portaria que cortou o ponto.

Passeata na Av. Paulista une servidores do Judiciário Federal e Estadual

Kit Gaion



No dia 30/06 servidores realizaram terceira manifestação conjunta

Na última quarta-feira, os servidores do Judiciário Estadual compareceram à Av. Paulista para se juntar aos federais, na terceira manifestação conjunta das duas categorias neste mês. Ao final da assembleia realizada no TRF, todos saíram em passeata tomando uma faixa da avenida até o Fórum Pedro Lessa da JF.

Os servidores do TJ estão em greve há 64 dias e enfrentam a intransigência da presidência e o desconto dos salários. Já os servidores do Judiciário Federal completaram 57 dias de greve. "Fazer greve é a nossa última tentativa contra a intransigência dos governos", afirmou Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud.

Segundo Luiz Milito, do comando de greve dos servidores do Judiciário Estadual, o TJ apresentou uma proposta de 4,77%, mas como projeto de lei na Assembleia Legislativa, bem longe dos 20,16% que a categoria reivindica. Os servidores do TJ rejeitaram a proposta e decidiram, nesta quarta, continuar em greve. Para Milito, os servidores do TJ e do Judiciário Federal enfrentam a mesma política, de sucateamento do serviço público, com precarização e terceirização. "Colocam os servidores como bode expiatório, é uma luta de todos os servidores", disse.

Paulo Barela, da coordenação da Conlutas, destacou que a unidade é uma necessidade, só assim os servidores poderão enfrentar os ataques contra o setor público, seja por parte do governo do Estado, como federal

Servidores do TJ e do Judiciário Federal reúnem-se com OAB, em Santos

Eles explicaram por que as duas categorias tiveram que recorrer à greve para defender seus direitos

Nesta quarta, 30, representantes dos servidores do Judiciário Federal e Estadual reuniram-se com advogados, na OAB de Santos, para falar sobre a greve das duas categorias.

Para Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud, a OAB deveria cobrar das administrações a retomada das negociações, no caso do TJ, e a solução para a greve, com a apresentação de propostas efetivas de reposição salarial e suspensão de corte de ponto.

Segundo Hugo Coviello, servidor do TJ e da Assojubs, "as administrações seguem as linhas dos governos do estado e federal, que têm uma visão de mercado, de reduzir os servidores e sucatear o serviço público".

Adilson explicou que as greves só acontecem porque não existe uma política salarial para o funcionalismo nas três esferas. "Isso obriga cada categoria cobrar uma negociação no seu âmbito para resolver o impasse", sustentou.

Os servidores também denunciaram que o direito constitucional de revisão salarial anual é desrespeitado nas duas categorias.

Os representantes dos servidores estão elaborando um documento para ser entregue à OAB-SP e nacional.

Victor Martins



Adilson explicou que não há política salarial para o funcionalismo

Contribua com o Fundo de Greve

Banco do Brasil nº 001 Conta poupança

Agência	Nº da conta-DV	Variação
18945	535.500-1	1

CEF nº 104 Conta poupança

Agência	Operação	Nº da Conta-DV
1004	22	49-9